

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 151

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE DEZEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 034ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE DEZEMBRO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Hermes Fonseca e Antonio Anibelli.

Às dezesseis horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSC: Fernando Guimarães; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carriho; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/2002, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que estabelece requisitos para criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, avaliação e reconhecimento dos recursos dos cursos de graduação na área médica das instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM EMENDA DA CECE. (Publ. no DA nº 038/2002, de 09/04/2002)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 205/2002**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, visa estabelecer requisitos para criação, autorização de funcionamento de graduação na área médica, das Instituições de Educação Superior integrantes do Sistema Estadual de Educação.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 205/2002**

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do deputado Luiz Accorsi, objetiva estabelecer requisitos para criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, avaliação e reconhecimento dos recursos dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação.

O referido projeto em tela já mereceu o devido pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que dita o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, podemos observar na própria justificativa do autor, que a matéria se coaduna com os anseios da sociedade como objetivo principal, impedir o aumento de cursos de Medicina sem condições de graduar bons profissionais.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.05.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 205/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre deputado Luiz Accorsi, que objetiva estabelecer requisitos para criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, avaliação e reconhecimento dos recursos dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação.

Entendendo a importância e abrangência da matéria, solicitamos que esta Comissão de Educação envie o projeto de lei em diligência à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e ao Conselho Estadual de Educação, para as mesmas serem ouvidas a respeito.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 205/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 205/2002, de autoria do deputado Luiz Accorsi, estabelece requisitos para criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, avaliação e reconhecimento dos recursos dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação.

A Comissão de Constituição e Justiça bem como a Comissão de Finanças emitiram parecer favorável à sua aprovação. Oficiada, a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, esta emitiu parecer favorável.

Oficiado o Conselho Estadual de Educação, este observou em seu ofício que a criação dos cursos de graduação em Medicina, Odontologia e Psicologia devem ser submetidas à prévia avaliação do Conselho Nacional de Saúde, conforme determina o Decreto nº 2306, de 19 de agosto de 1997 em seu artigo 16.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação, na forma das emendas corretiva e aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 02.12.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 205/2002

O artigo 2º deverá ter a seguinte redação:

“Art. 2º - A solicitação de criação de cursos de graduação na área médica, por universidades e demais instituições de educação superior, deverá ser encaminhada ao Conselho Estadual de Educação e ao Conselho Nacional de Saúde”.

Sala das Comissões, em 02.12.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoiamento:

Ângelo Vanhoni, Marcos Isfer e 01 ilegível.

EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 205/2002

Os artigos 4º e 5º deverão ter a seguinte redação:

“Art. 4º - Compete ao Conselho Estadual de Saúde analisar e avaliar, com audiência prévia do Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná, Associação Médica do Paraná e Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná, as solicitações de criação dos cursos a que se refere a presente lei e qualquer dos seus aspectos correlatos, emitindo parecer conclusivo e terminativo, no prazo máximo de 90 dias, no que se respeite a observância da necessidade social e dos requisitos indispensáveis estabelecidos, conjuntamente, pelas entidades médicas nacionais.

§ 1º - As entidades médicas estaduais deverão se pronunciar, no prazo máximo de 60 dias, sobre a necessidade social e o preenchimento ou não dos requisitos indispensáveis para a criação, implantação, aumento ou redução de vagas e suspensão ou manutenção dos cursos.

§ 2º - O pronunciamento devidamente fundamentado das entidades médicas será tido como de considerável relevância.

Art. 5º - O pronunciamento das entidades médicas, no que diz respeito à necessidade social, deverá levar em conta os seguintes critérios:

a) a relação entre o número de médicos devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina e o número de habitantes do Estado do Paraná;

b) a relação entre a taxa de crescimento anual da população e a de médicos;

c) o número de faculdades e vagas nos cursos de medicina.”

Sala das Comissões, em 02.12.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento:

Ângelo Vanhoni e Marcos Isfer.

Em votação.

O SR. ALGACI TULIO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, gostaria de registrar que hoje pela manhã, na Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, da qual é presidente o deputado Ângelo Vanhoni, com a presença dos deputados José Maria Ferreira, Duílio Genari, e Marcos Isfer, pudemos debater recebendo a visita dos doutores Cláudio Pereira da

Cunha, presidente da Associação Médica do Paraná; Mauro Antonio Ferrari, presidente do Sindicato da Associação dos Médicos; Luiz Salim Emédi, presidente do Conselho Regional de Medicina do Paraná e da Maria Cristina Pierucine, diretora administrativa da Associação Médica do Paraná.

Nós pudemos, com muita tranquilidade, após os debates e sugestões apresentadas pelo deputado José Maria Ferreira, emendas que vieram acrescentar a este projeto de lei de autoria do deputado Luiz Accorsi, uma discussão muito aprofundada e que valoriza, sem dúvida alguma, este projeto de lei.

Queria fazer tão somente este registro, para dizer do quanto foi importante o debate realizado hoje pela manhã na Comissão de Educação, para que pudéssemos vir a Plenário. Agora à tarde, já na sequência, o deputado José Maria Ferreira encaminha também o projeto, para dizer da importância deste projeto a nível de Estado do Paraná.

A grande preocupação que temos na qualidade de saúde, na questão das escolas de medicina, que é necessário, que se faz bem para o município, é preciso que também se faça um estudo avaliado da importância dela na comunidade.

Era o registro que queria fazer, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o senhor José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, com relação ao Projeto em pauta nº 205/2002 de autoria do deputado Luiz Accorsi, tive a honra de ser destacado como relator, e pude contar com a contribuição do Sindicato dos Médicos do Paraná, Associação Médica e Conselho Regional de Medicina, mostrando, sobretudo - e aí a Casa deu uma contribuição inestimável -, a abertura e participação dessas instituições no processo.

A questão da criação de novas universidades no Estado do Paraná é no País é grave, e muito mais grave quando se trata de saúde que nós criamos, muitas vezes pelo apelo de lideranças locais, mas que nem sempre elas vêm revestidas de estrutura, de meios e condições para que possa ofertar um ensino com qualidade.

E, o que fizemos aqui foi justamente buscar, não impedir a criação de novas faculdades, da área de medicina, odontologia e psicologia mas sobretudo criar meios e mecanismos para as faculdades que vierem daqui para a frente; elas precisam justificar. Nas basta apenas o apelo emocional de uma região, de uma cidade, mas elas precisam estar estruturadas para oferecer ao aluno e à sociedade, um ensino de qualidade.

E, mostra, pelos relatos do presidente do Conselho, que hoje recebe em média, três denúncias por dia, de problemas profissionais com clientes e pacientes. Muitos deles por despreparo, por falta de condições, ao ponto de que, hoje, o Paraná libera para o mercado de 600 a 700

médicos todo ano e não tem sequer a residência médica para que eles possam estar aptos a exercer a sua profissão, daí já mostrando uma grande deficiência do nosso sistema e quem paga lá na ponta final é o próprio usuário, é o paciente que, não tendo condições de ter o profissional uma boa formação, às vezes os crimes contra a Saúde Pública são cometidos por falta de preparo e de uma melhor formação.

É um projeto extremamente importante e que nós esperamos que tenha o apoio desta Casa.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Recebi ontem, no meu gabinete, um garçom que saiu de um restaurante na capital e foi com o filho com quarenta graus de febre a um Posto de Saúde. Ao chegar lá, tinha uma fila de setenta pessoas e apenas um médico para atender as setenta pessoas. Ele se revoltou, pegou a criança e foi para o Bairro do Boqueirão e lá tinha mais ou menos, cinquenta pessoas para serem atendidas.

Então, a minha indagação a V. Exa. é por que é, se formam tantos médicos nas Universidades do meu Estado e também do meu país, por quê o governo, o prefeito, as prefeituras municipais não contratam mais médicos para dar um atendimento civilizado à família brasileira do nosso Estado?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Não tenha dúvidas! Nós precisamos redistribuir os investimentos, e uma das questões extremamente graves é o baixo investimento que os Estado, e especialmente o Estado do Paraná, têm executado em relação à saúde. O Estado do Paraná, historicamente, não é só neste governo, não investe mais do que três, três e meio e, inclusive, com problemas no Tribunal de Contas para cumprir os nove e setenta e cinco do ano passado e deste ano também.

Então, aí é uma baixa taxa de investimento e que esperamos que os próximos governos possam, nos exercícios seguintes, corrigir e fazer do investimento da Saúde uma prioridade governamental.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em discussão o Projeto de Lei nº 205/2002.

Encerrada a discussão. Está em votação o Projeto de Lei nº 205/2002.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 027/2002, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito do Fórum de Curitiba, aprova o relatório final de Comissão Parlamentar de Inquérito do Fórum de Curitiba. PARECER DA CPI.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 027/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovado o relatório final de Comissão Parlamentar de Inquérito do Fórum de Curitiba, constituída pelo Ato do Presidente nº 05/2001, de 12 de junho de 2001.

Art. 2 - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.12.2002.

(a) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DO FÓRUM DE CURITIBA

CPI - COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DO FÓRUM DE CURITIBA

Membros

Presidente: Deputado DUÍLIO GENARI
Vice-presidente: Deputado MARCOS ISFER
Relator: Deputado ELI GHELLERE
Deputado CAÍTO QUINTANA
Deputado LUIZ ACCORSI
Deputado RICARDO CHAB
Deputado CUSTÓDIO DA SILVA
Deputado CHICO NOROESTE
Deputado NEIVO BERALDIN
Deputado HERMES DA FONSECA
Deputado ANTONIO CARLOS BELINATI

Índice

- 1 - Apresentação
- 2 - Da constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito
 - 2.1 - do requerimento de Plenário e sua aprovação
 - 2.2 - do ato de constituição da CPI
 - 2.3 - da instalação da CPI
 - 2.4 - da eleição do Presidente, Vice-Presidente e Relator da CPI
 - 2.5 - da Equipe de Assessoramento Técnico Legislativo da CPI
- 3 - Das Reuniões da CPI
 - 3.1 - da 1ª reunião (12.10.2001)
 - 3.2 - da 2ª reunião (24.10.2001)
 - 3.3 - da 3ª reunião (07.11.2001)
 - 3.4 - da 4ª reunião (21.11.2001)
 - 3.5 - da 5ª reunião (26.02.2002)
 - 3.6 - da 6ª reunião (22.03.2002)
 - 3.7 - da 7ª reunião (09.04.2002)
 - 3.8 - da 8ª reunião (12.06.2002)
 - 3.9 - da 9ª reunião (05.11.2002) - aprovação do relatório pela CPI

4 - Dos ofícios enviados

5 - Dos documentos recebidos

6 - Da Conclusão

7 - Do Resumo das conclusões e Projeto de Resolução para deliberação do Plenário da Assembléia Legislativa.

Apresentação

Este deputado estadual, com muita honra foi escolhido dentre os demais respeitáveis membros, proporcional e partidariamente indicados para comporem esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Objetivando, na condição de relator, apresentar o relatório finalístico, expondo as conclusões da douda comissão, que após exaustivos debates versantes sobre os motivos e fundamentos da não conclusão da obra do Fórum de Curitiba, construção esta paralisada no ano de 1989 e que assim permanece até os dias de hoje, propondo soluções aos impasses existentes, procurando consubstanciar as futuras atitudes a serem tomadas pelos Poderes do Estado do Paraná, concernentes ao acabamento da construção predial ou a demolição da estrutura remanescente no Centro Cívico administrativo da capital do Estado.

É fundamental salientar que este Poder Legislativo, busca manifestar-se em cumprimento de suas funções institucionais de fiscalização dos atos públicos, recebendo a incumbência para apuração dos fatos, estudo e manifestação, após a deliberação do Plenário da Assembléia Legislativa, que entendeu ser necessário o debate sobre fato determinado relativo ao Fórum em epígrafe, pois há muito urgem-se providências no sentido de dirimir-se os destinos da obra pública do Fórum que abrigará as Varas Judiciais do Estado, não apresentando a presente investigação, qualquer intervenção indevida no Poder Judiciário, e muito menos, no Poder Executivo responsável pela execução da pretensão, lembrando a mister obrigação deste parlamento de deliberar sobre recursos públicos inerentes e integrantes do orçamento público, advindos do esforço dos contribuintes paranaenses, que muito esperam sejam bem alocados, em benefício do bem comum do povo do Paraná.

A metodologia de trabalho utilizada pela comissão, foi inicialmente, a ouvida de depoentes intimamente ligados à construção do Fórum, agentes públicos e privados, em especial engenheiros da construção civil, buscando também a manifestação de peritos e o estudo interpretativo das inúmeras apurações realizadas, umas atestando a possibilidade de prosseguimento da obra e outras indicando a sua demolição, interando-se dos fundamentos, com vistas a um melhor posicionamento dos membros desta CPI, sobre os fatos e atos necessários para solução da questão.

Apresentamos então, seguindo a sequência cronológica dos depoimentos coletados, o presente relatório, que ao final conclui em nome dos deputados membros da Comissão.

(a) ELIO GHELLERE

Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito
da Obra Inacabada do Fórum de Curitiba

2 - Da Constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito

2.1 - Do requerimento de plenário e sua aprovação:

Em data de 06 de dezembro do ano de 2000, foi apresentado no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, requerimento subscrito pelos deputados Tony Garcia, Duílio Genari, Ademar Traiano, Edno Guimarães, Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Alborghetti, Serafina Carrilho, Luiz Accorsi, Nelson Garcia, Valdir Rossoni, Basílio Zanusso, Cesar Seleme, Miltinho Pupio, Divanir Braz Palma, Luiz Carlos Martins, Durval Amaral, Hidekazu Takayama, Elio Lino Rusch, Antônio Carlos Belinati, Algaci Tulio, Ricardo Maia, Geraldo Cartário e Cesar Silvestri, que com fundamento no parágrafo 3º, do artigo 62, da Constituição do Estado do Paraná, requerem a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, formada por 11 membros, para que no prazo regimentalmente prorrogável de 120 dias, procedessem investigação sobre as responsabilidades quanto ao projeto e a construção do prédio do Fórum de Curitiba capital do Estado do Paraná, interrompido ante a evidência de falhas técnicas, que importariam em risco de vida para os servidores e a população que utilizaria, bem como para acompanhar a definição de alternativas para solução do impasse criado em razão da obra inacabada, documento que após apresentado, apoiado e deliberado e aprovado pelo Plenário, foi protocolado administrativamente sob o nº 11.378 de 08 de dezembro de 2000, sendo encaminhado ao Departamento Legislativo da Assembléia, por determinação do presidente em despacho constante no próprio requerimento em 06.12.2002.

2.2 - Do ato da constituição da CPI:

Através do Ato do Presidente da Assembléia Legislativa, nº 05/2001, datado de 12 de junho de 2001, lido na Sessão de mesma data, usando das atribuições a ele conferidas pelo Título III, da Seção III, do artigo 34, combinado com o inciso XIII, do artigo 20, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, declarou constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, na forma requerida e aprovada pelo plenário na Sessão de 06.12.2000, determinando o fato a investigar.

2.3 - Da instalação da CPI

Em 05 de setembro de 2001, por convocação da presidência da Assembléia, reuniram-se os senhores deputados indicados pelas lideranças partidárias, para

representarem suas agremiações na composição da equipe de membros da Comissão Parlamentar de Inquérito da Obra Inacabada do Fórum de Curitiba, a fim de cumprirem a missão determinada pelo (?) constituinte da Presidência da ALEP, para inquérito, a reunião fora presidida pelo senhor deputado Elio Rusch, vice-presidente da Mesa Executiva do Poder Legislativo, sendo que os partidos representados na Assembléia indicaram, na forma regimental, os seguintes deputados para representá-los:

Membros Titulares

Duílio Genari, Marcos Isfer, Eli Ghellere, Caíto Quintana, Luiz Accorsi, Ricardo Chab, Custódio da Silva, Chico Noroeste, Neivo Beraldin, Hermes Fonseca, Antonio Carlos Belinati.

2.4. Da eleição do presidente, vice-presidente e relator da CPI

Na data de 12 de setembro de 2001, reuniram-se os senhores deputados indicados pelos partidos para compor a CPI, com a finalidade de elegerem o presidente, o vice-presidente e o relator da Comissão, e também versarem sobre a metodologia a ser empregada para execução dos trabalhos de investigação dos fatos, reunião esta presidida pelo deputado Elio Rusch, vice-presidente da ALEP. Foi procedida a eleição dos cargos da Comissão, sendo o seguinte o resultado do sufrágio:

Duílio Genari - presidente da CPI

Marcos Isfer - vice-presidente da CPI

Eli Ghellere - relator da CPI.

3. Das reuniões da CPI

3.1. Da 1ª Reunião da CPI

Na data de 12 de outubro de 2001, ocorrera a primeira reunião dos membros da CPI, encontro onde decidiu-se pelo convite ao comparecimento diante da CPI, na data de 24 de outubro, dos seguintes depoentes:

- Senhor Luiz Henrique Bona Turra, ex-diretor geral do Decom - Departamento de Construções do Estado do Paraná, órgão responsável pela contratação (licitação) fiscalização e acompanhamento da execução da obra do Fórum de Curitiba.

- Senhor Augusto Canto Neto, secretário de Estado de Obras, gestor do Decom, Departamento de Construções do Estado.

Desta primeira reunião de trabalho interno dos membros da CPI, disciplinou-se a metodologia a ser implementada pelos trabalhos de investigação da Comissão, a fim de que detenha-se o máximo de conhecimento acerca dos motivos da paralisação objetivando obter soluções para o caso.

3.2. Da 2ª Reunião da CPI

No dia 24 de outubro de 2001, a Comissão se reuniu para ouvir as considerações do ex-diretor geral do Decom - Departamento de Construções do Estado, antigo Emopar, senhor Luiz Henrique Bona Turra, que a condi-

ção de convidado depoente, expôs cronologicamente um histórico sobre os fatos relativos à construção do Forum.

Disse que em 1991, na vigência do governo Roberto Requião de Mello e Silva, quando estava exercendo a diretoria do Decom, gerenciava licitações e convênios de mais de 1.700 obras mensais, e dentre estas obras havia uma inacabada, a sede do Forum de Curitiba, com mais de 40.000 metros quadrados, a maior edificação civil do Estado, tendo conhecimento que a mesma se encontrava paralisada desde o ano de 1989, recebendo a incumbência de licitar a próxima fase da obra, após a execução da estrutura em concreto armado, realizado pela Coteli - Construtora Técnica Ltda, situação física que se encontra até os dias de hoje.

Antes de licitar a execução da alvenaria da obra, intuitivamente determinou à sua equipe técnica de engenharia que procedesse uma avaliação técnica sobre as condições da obra recebida no governo anterior que atestou perfeita condição de seguimento do empreendimento.

Tal não foi o seu espanto, que os laudos emitidos pelos seus técnicos constatarem irregularidades na execução da estrutura em concreto armado.

Antes porém, detalhamos as fases da obra no tempo, para uma perfeita percepção dos fatos, na forma demonstrada pelo levantamento seqüencial da execução da obra pelo Decom:

1 - O projeto arquitetônico foi elaborado no Departamento de Engenharia do Tribunal de Justiça, tendo como autor o arquiteto Lauro Roberto Meira de Andrade;

2 - Trabalhos de terraplanagem e confecção de tapume para início das obras, serviços estes executados pela H.D. Construtora de Obras SA, no período de 29.01.85 a 05.08.85;

3 - Projeto de estrutura e fundação de autoria do engenheiro civil José Augusto de Queiroz, contratado em 24.10.85, entregue em 19.09.86;

4 - levantamento planialtimétrico cadastral dos tubulões existentes, executado pela empresa Agritec SA, iniciado em 06.11.85 e concluído em 13.11.85;

5 - Execução das obras de fundação, feita pela empresa Engepe- Engenharia de Fundações e Estruturas Ltda, serviços iniciados em 09.01.86 e entregues em 06.01.87;

6 - Execução de obras de escavação, executado pela empresa Itajuí -Engenharia de Obras Ltda, iniciado em 06.02.86 e concluído em 12.02.86;

Obs: Toda a documentação relativa aos processos, avaliações, medições, faturas etc, inerentes aos procedimentos narrados no item 1 ao 6, retro descritos, foram consumidos pelo fogo quando do incêndio do prédio do antigo Dami (Arquivo Morto) Arquivo Público do Estado do Paraná.

7 - Execução de estrutura em concreto armado do Forum de Curitiba, executado pela empresa Coteli - Construtora Técnica Ltda, iniciada em 09.09.87 e concluída em 31.10.89, sendo recebida definitivamente em 31.04.90, pelo Departamento de Construções do Estado -

na época chamada Emopar, através do termo oficial de recebimento.

8 - 1991, Emopar, transforma-se em Decom.

9 - Em 1991, o depoente, então diretor geral do Decom, recebe a missão de licitar a próxima fase da obra, fase da alvenaria, após pressão da Associação dos Magistrados, junto ao governador Roberto Requião, em virtude da demora no prosseguimento da construção, mas antes porém, o depoente determina avaliação técnica para apuração das condições da obra.

10 - Em 11.02.92 - a Diretoria Executiva do Departamento de Construções do Estado - Decom, através da Deliberação nº 12, (Resolução *interna corporis* do Decom) resolve anular os termos de recebimentos provisórios e definitivo emitidos pelos técnicos da antiga Emopar, referentes à obra de estrutura em concreto armado, fundamentado em laudos técnicos periciais que constatarem irregularidades.

11 - No ano de 1992 o Estado do Paraná através do Decom, propõe ação de indenização contra a empresa Coteli - Construtora Técnica Ltda.

12 - No ano de 1991 o Decom licita a execução da alvenaria, chapisco, tapumes e serviços complementares da obra, sendo vencedora a empresa Mader Construções Civis Ltda, tendo inícios os trabalhos em 12.10.91.

13 - Em 10.04.92 - o Decom determinou a paralisação da construção, quando nesta fase, a obra já contava com 10,15% executada.

14 - Os laudos técnicos que apontaram irregularidades na execução da estrutura de concreto armado, também indicaram a necessidade urgente de serviços de avaliação, testes e recuperações a serem realizadas devido a deteriorações que começavam a ocorrer.

15 - Em 05 de maio de 1992, iniciaram-se os serviços técnicos de prova de carga, análises, levantamentos e plano de recuperação da estrutura, realizados pela Tecpar - Instituto de Tecnologia do Paraná, que apontaram a necessidade de recuperações emergenciais.

16 - Em 22 de março de 1993, iniciaram-se os trabalhos de recuperação parcial das estruturas em concreto armado realizado por um consórcio de empresas denominadas AJM - Reconcret, serviço concluído em 30.05.1994.

17 - Em 06 de maio de 1996, inicia-se o controle tecnológico do arcabouço estrutural do Forum de Curitiba, executado pela empresa Concremat Engenharia e Tecnologia SA, que compreendeu exames de vistoria de alto nível, ensaios tecnológicos, sondagens, análise estrutural e laudo técnico conclusivo acerca das condições de estabilidade do conjunto de estruturas de concreto armado e fundações que compõem o edifício, elaboração do projeto básico de recuperação e reforço das estruturas a fim de propiciar plena utilização das instalações do edifício.

Compreendeu também a elaboração de planilha de quantidades e especificações técnicas decorrentes do projeto básico de recuperação e reforço da estrutura. Além

destes serviços elaborou-se também o orçamento para execução das obras de recuperação e reforço, sendo conveniente salientar que todos estes trabalhos, foram realizados a pedido do Tribunal de Justiça do Estado.

18 - Em 01 de julho de 1998, foram substituídos os tapumes de madeira por alambrados de tela.

19 - Em 12 de junho de 2001, ato da presidência da Assembléia Legislativa constitui a presente Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar fatos relacionados à paralisação da obra do Fórum da Comarca de Curitiba.

Elencando de forma cronológica, os acontecimentos foram narrados pelo depoente, ex-diretor geral do Decom e ex-deputado estadual senhor Luiz Henrique Bona Turra, que incluiu também documentos comprobatórios de sua fala, constantes das notas taquigráficas, pela integrante da ata da reunião, apensa ao presente relatório, sendo que após inúmeros questionamentos do senhores deputados membros da CPI, chegou-se ao impasse sobre os motivos da não fiscalização por parte do órgão competente do acompanhamento do andamento da obra, propiciando ilações sobre a possibilidade de antever-se a existência de irregularidades na execução das estruturas, quando o depoente, em resposta a esta questão disse: “empregueiro desatendia às determinações da fiscalização. Mas o fato é que havia toda uma trama, toda uma articulação. E como curiosidade histórica, o presidente do Tribunal de Justiça, na ocasião, desembargador Mário Lopez era sogro do diretor técnico do Departamento de Estado, engenheiro Loyola. E esta obra, a condução dela, o seu gerenciamento era algo que se dava, estranhamente, pelo diretor-técnico e não pelo diretor-geral. Isto não obstante fosse a maior edificação controlada e gerenciada pelo Departamento de Obras, não era o diretor-superintendente, o diretor-geral quem pessoalmente se incumbia dessas tarefas (referindo-se à fiscalização da obra), mas sim era uma tarefa delegada ao diretor-técnico”.

Importante também ressaltar o interesse do depoente em deixar evidente que, a obra, nos tempos de hoje, encontra-se em condições de ser retomada, dependendo de nova avaliação, de novos reparos para a recuperação das estruturas, e continuidade do projeto.

O presidente da CPI, encerrou a 2ª reunião da CPI, devido ao adiantado da hora e marcou a data de 07/11/2001, para a ouvida do ex-secretário de Obras, Augusto Canto Neto.

3.3 - Da 3ª Reunião da CPI

Em 07 de novembro de 2001 ocorreu a terceira reunião de coleta de depoimentos da CPI, data em que fora ouvido o senhor Augusto Canto Neto, secretário de Obras na época, que fez um relato histórico das fases da obra a exemplo do depoente anterior, diferindo em sua posição quanto ao futuro da obra, mostrando plenamente favorável a implosão da edificação existente, em virtude de a mesma não estar adequada ao sistema viário do local, principalmente pelo prédio não prever a existência de garagem, consubstanciando seu posicionamento nos

laudos periciais realizados pela empresa Concremat (documentos em anexo) e no alto custo de sua recuperação.

Na oportunidade também questionou os motivos de três engenheiros do Estado do Paraná, mais especificamente do Decom, assinarem termo de recebimento provisório e definitivo da obra, constando inúmeras irregularidades:

a) engenheiro Edson Solano Costa Porto - Crea nº 2301-PR;

b) engenheiro Atos Parolim Ceccatto - Crea nº 1919-PR;

c) arquiteto Lauro Roberto M. de Andrade - Crea nº 8501-D/PR.

3.4 - Da 4ª Reunião da CPI

Em data de 21 de novembro de 2001, a CPI reuniu-se novamente para coleta do depoimento do engenheiro da Secretaria de Obras Públicas, Luiz Antônio Parigot de Souza, que procedeu um relatório preliminar de serviços técnicos especializados de engenharia RTS 2.3-020/96 - realizado pela empresa Concremat, onde disciplina planilha de quantidades e orçamento futuro de recuperação para dar andamento à conclusão do Fórum de Curitiba no ano de 1996, apropriando os mesmos valores à época de outubro de 2001, do depoimento, chegando aos seguintes valores:

Custo para Recuperação e Reforço da Obra

Aferido pelo CUB

Setembro/96 - 382,64

Outubro/2001 - 560,46

Reajuste de 46,47% no período

Custo da recuperação e reforço da obra em 1996 - R\$4.292.921,88

Custo da recuperação e reforço da obra em out./2001 - R\$6.287.923,37

Aferido pela Fundação Getúlio Vargas

Setembro/96 - 145789

Outubro/2001 - 208058

Reajuste de 42,71% no período

Custo da recuperação e reforço da obra em 1996 - R\$4.292.921,88

Custo da recuperação e reforço da obra em out./2001 - R\$6.126.502,96

3.5 - Da 5ª Reunião da CPI

Em 26 de fevereiro de 2002, reuniram-se os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito para ouvirem o depoimento dos senhores engenheiros Mauro Lacerda dos Santos Filho e Everson Aranda, ambos representando o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Crea.

Defenderam a continuidade da obra, a recuperação das deteriorações e o reforço da obra para a retomada da

construção rumo ao acabamento. Disseram que faltou zelo no momento da concretagem, pois o concreto deveria ficar aparente, deveria ser bonito, e fôra feito sem capricho, citando erros construtivos, que segundo eles, apregoando que a obra existente deve ser reaproveitada e deve ser feito um novo projeto de recuperação, pois já se passaram 07 anos do último projeto de recuperação, afirmando que acham que ainda não existe uma situação de colapso na edificação.

Salientaram também, que a obra deve ser utilizada para outro fim, e não Fórum de Curitiba, pois não serviria mais para esta finalidade. O projeto original previa a utilização de um tipo de ar condicionado que não existe no mercado. A obra também previa um número de elevadores exagerado, de manutenção muito cara, e previa sanitários de uma forma que atualmente é tratada como inadequada.

A obra precisa ser reciclada, adequando-se os custos de recuperação à realidade econômica atual do Estado, dando talvez, outra destinação à obra, e não fórum, pois na concepção do depoente o Fórum de Curitiba não cabe mais naquele projeto.

3.6 - Da 6ª Reunião da CPI

No dia 22 de março de 2002, os membros da CPI reuniram-se com fim precípuo de inspecionarem diretamente *in loco*, as obras inacabadas do Fórum de Curitiba, momento em que foram colhidas inúmeras informações importantes para posicionamento da Comissão, que procedeu a visita acompanhada pelos convidados: engenheiro Antônio Parigot de Souza - diretor-técnico do Decom; engenheiro Mauro Lacerda dos Santos Filho - conselheiro do Crea e diretor do Setor de Tecnologia da Universidade Federal do Paraná; engenheiro Everson Aranda - assessor do presidente do Crea; senhor Álvaro Sérgio Rincoski Faria - diretor do Departamento de Patrimônio do Tribunal de Justiça do Estado.

Na ocasião foi entregue pelo diretor de Patrimônio do Tribunal de Justiça, cópia do protocolo nº 42771/2000, encaminhado pelo doutor João Feder, conselheiro do Tribunal de Contas, onde passo a passo, indicam todas as licitações relativas à obra em questão.

3.7 - Da 7ª Reunião da CPI

Em 09 de abril de 2002, novamente reuniram-se os membros da CPI, para a ouvida e coleta de informações e documentos do doutor Gilberto Piva, presidente do Instituto de Engenharia do Paraná e do engenheiro Elgson Ribeiro Gomes, autor do projeto que propõe solução à questão da paralisação da obra do Fórum de Curitiba.

Nesta reunião fôra apresentado aos membros da CPI, um projeto de viabilização do Fórum da Comarca de Curitiba, contendo inclusive uma maquete, objetivando também a ampliação dos espaços em 21.000 metros quadrados, inclusos grandes estacionamentos.

Os expositores fizeram também projeções hipotéticas de custos, para recuperação e conclusão de toda a obra:

Investimento até o presente momento: cerca de R\$13.000.000,00;

Recuperação e reforço das estruturas: R\$5.000.000,00

Conclusão com nível de luxo médio: cerca de R\$30.000.000,00.

Os depoentes se esforçaram para deixar claro que todos os problemas na estrutura hoje existentes podem ser sanados com a tecnologia de engenharia moderna, que propiciará uma conclusão da obra atingindo os propósitos a que a mesma se destina.

Na opinião dos depoentes, o projeto apresentado possibilita que o mesmo seja executado em fases até a conclusão, permitindo que seja concluído aos poucos de acordo com a receita e possibilidade financeira do Estado.

3.8 - Da 8ª Reunião da CPI

Na data de 12 de junho de 2002, reuniram-se os membros da CPI, para ouvirem o engenheiro Rodrigo da Rocha Lima Tanus, diretor-comercial da empresa Coteli - Construtora Técnica Ltda., vencedora da licitação no ano de 1986, que executou a construção da estrutura de concreto nas condições hoje existentes.

O depoente procedeu um breve histórico dos acontecimentos, enfatizando que as notícias de irregularidades na construção da obra mancharam a imagem da empresa, que possui hoje duas ações na justiça contra o Estado do Paraná, uma pleiteando a cobrança de valores devidos relativos à obra em epígrafe e outra pleiteando um ressarcimento por danos morais sofridos pela empresa e por seu pai, o então proprietário da empresa Coteli, na época dos fatos.

Disse que as falhas apontadas pelo governo do Estado, são realmente falhas de projeto, e que sua empresa fôra tão somente contratada para executar um projeto, e que o laudo pericial constante das ações em trâmite na justiça, apontam estas irregularidades como sendo:

1) excesso de ferragens: “é como se colocar um 44 num sapato 42. Quer dizer, é muita ferragem para pouca fôrma. Isto ocasionava um estufamento das peças estruturais e uma certa deformação podendo levar a ocasionar algumas fissuras”.

2) flexibilidade da estrutura: “o projeto estrutural executado era um projeto que visava uma estrutura flexível, mais ou menos como se fosse a estrutura de um estádio de futebol. Para quem vai a um estádio de futebol, na hora que sai um gol, o estádio está cheio, a arquibancada balança. Então, a estrutura do Fórum tem essa característica de flexibilidade que para uma casa pública, quando o prédio estivesse pronto causaria, certamente, desconforto para quem ali se instalasse para trabalhar”.

3) defeitos de execução: “eram defeitos de recobrimento de concreto, aquilo que costumeiramente na construção civil se chama de bicheira. São problemas causados às vezes por insuficiência de vibração no concreto ou por uma certa ausência de recobrimento final das vigas, lajes e pilares”.

Disse que esses defeitos de recobrimento seriam sanados no decorrer da obra, com reboco e com os revestimentos finais, do tipo cerâmica, granito.

O depoente fez questão de enfatizar que o projeto determinava 350kg por metro quadrado, sendo que a estrutura foi superdimensionada pela empresa, atingindo até 700kg por metro quadrado, segundo laudo pericial integrante das ações judiciais em trâmite, laudo que conclui que a obra estava em condições de seguir sua seqüência natural.

Disse que a empresa contratada pelo Tribunal de Justiça, através do Decom, a Dalcom Engenharia, detectou que faltavam pilares no projeto e foi por isso que interromperam a seqüência da obra.

Enfim, o depoente sustentou falhas no projeto original, afirmando que sua responsabilidade é limitada à execução do projeto determinado e que a reativação da obra a fim de conclusão é perfeitamente possível e viável.

CONCLUSÃO

O objetivo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, além de apurar a realidade dos fatos que cercam a paralisação das obras do Fórum de Curitiba, é fundamentalmente, auxiliar na solução do impasse sobre o destino futuro da estrutura de concreto armado existente no Centro Cívico Administrativo da Capital do Estado do Paraná, construção esta que não só envergonha toda a comunidade de engenharia e arquitetura do Paraná, universidades, conselhos, institutos, associações de classe, mas de forma incontestável, constrange a todo o contribuinte paranaense, que vê seus recursos serem mal tratados pelo poder público, quando emprega economias em obras sem fiscalização pública e finalização.

Este relator, deputado estadual Eli Ghellere, basicamente, após a ouvida da maioria dos profissionais envolvidos na construção da obra, após o estudo de todos os documentos acostados ao exame, perícias, projetos, avaliações, relatórios, realizadas inúmeras reuniões internas e externas entre os membros da Comissão, ouvindo o pensamento e as considerações de cada um dos deputados representantes desta Casa de Leis, também os representantes do Poder Judiciário e Executivo, manifesta-se através do presente relatório, para a devida deliberação inicial dos membros da Comissão Parlamentar, ao final merecendo a deliberação do douto Plenário desta Assembléia Legislativa, indicar as providências que segue.

Como resultado da ouvida dos técnicos do Decom - Departamento responsável pelo acompanhamento das construções do Estado, que “anularam o termo de recebimento da obra” por contratação de vícios, em momento

algum demonstraram que tais vícios, são ou se encontram insanáveis, mesmo posicionamento seguido pelos técnicos do CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, acompanhados pelos engenheiros técnicos do Instituto de Engenharia do Paraná e pelos dignos professores da Universidade Federal do Estado do Paraná, que similarmente, em laudos periciais judiciais e particulares, realizados pelos mais diversos interessados, convergem no sentido de que a obra paralisada do Fórum da Comarca de Curitiba, possui falhas mas também, todos concordam que são falhas passíveis de serem saneadas, com o uso de modernas tecnologias de engenharia, garantindo-se integral segurança e conforto aos futuros usuários, atestando que a continuidade da construção, recuperação e esforço estrutural da obra, se faz mister, não só pelo aspecto moral da existência de uma construção inacabada, demonstração esta de malversação dos recursos públicos, mas sim pelo aspecto econômico, pois uma implosão, ou qualquer que seja a distinção da estrutura existente, que não seja a de conclusão do seu propósito original, demonstrará certamente inviabilidade econômica. Portanto, a conclusão é uma realização e uma decisão, que imediatamente deve ser tomada, para que não haja mais multiplicações de deteriorações a serem recuperadas no futuro, onerando ainda mais a conclusão da obra, ou até mesmo condenando o empreendimento completamente.

Inúmeros projetos e propostas são passíveis de serem apresentados aos gestores responsáveis pela conclusão da obra. O Crea, possui soluções, o Instituto de Engenharia do Paraná, já possui uma proposta de projeto, inclusive com ampliação dos espaços para melhor adequação aos interesses do Tribunal de Justiça constando também uma maquete, para melhor percepção da obra/prédio acabado, a Universidade Federal do Paraná tem várias reflexões sobre o tema, todos com capacidade de promover entendimento técnico conclusivo sobre a obra.

Observamos, que alterações nas vontades políticas de conclusão da obra do Fórum da Comarca de Curitiba, no curso do processo, desde as primeiras licitações, fundações etc, até a sua paralisação, infelizmente ocorreram. Foram mudanças de intenções políticas entre governos distintos, atitudes que não atentaram ao interesse público maior, e tais descomunhões provocaram entraves técnicos, uma guerra de laudos divergentes, que muito embora comprovem irregularidades na execução da estrutura armada, em momento algum inviabilizaram ou impossibilitaram o conserto dos erros constatados, condenando a obra, pelo contrário, foram várias as manifestações comprovadas pelo prosseguimento do curso normal da construção, salientando a necessidade de recuperação e reforço das estruturas.

Por sua vez entraves jurídicos à consecução do empreendimento também ocorreram, pois ações judiciais, com lide entre os agentes envolvidos, Estado e construtores, ainda persistem, em detrimento dos que mais necessitam de acesso a Justiça, o povo curitibano e para-

naense que espera ver construído o Fórum de sua Comarca, ainda mais em se tratando da cidade de Curitiba, um modelo para o Brasil e o mundo.

À esfera judicial cabe, com todos os elementos já constantes dos processos judiciais em trâmite, a responsabilização dos envolvidos em irregularidades, promovendo justiça e respondendo judicialmente ao povo do Paraná, quem provocou a construção falha, quem recebeu a construção com falhas e quem paralisou a obra sem consertar as falhas e sem dar prosseguimento a obra, provocando novas deteriorações, que no nosso entendimento, mesmo existindo, poderão ser restauradas, colocando-se a edificação em condições plenas de seguir o curso normal, através de um grande esforço entre os Poderes do Estado, até a inauguração do novo Fórum tão apregoado.

O novo Código de Estruturação e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, encontra-se em tramitação nesta Assembléia Legislativa, e demonstrou em seu projeto, o tamanho e a complexidade de sua estrutura. A demanda pela tutela jurisdicional cresceu consideravelmente, a população curitibana e paranaense também cresceu desmensuradamente, visto a qualidade de vida ofertada ao povo da região.

O Fórum da Comarca de Curitiba, foi projetado em uma época, nos idos de 1.980, era em que poucos detinham a tecnologia digital. Hoje quase a totalidade dos profissionais do Direito se comunicam digitalmente, a Internet mudou a vida e os interesses dos cidadãos. O Poder Público precisa se adequar às necessidades futuras antevendo a demanda e os meios de satisfazê-la, sendo que a edificação do Fórum de Curitiba, deve modernizar-se também, com vistas à nova realidade.

Em sendo assim, esta Comissão Parlamentar de Inquérito conclui seus trabalhos, opinando pelas seguintes providências, que urgentemente deverão ser tomadas pelo Poderes competentes do Estado.

- Decisão política imediata de conclusão da obra do Fórum da Comarca de Curitiba, visto que postergações da decisão poderão condenar a estrutura existente, sendo que constatou-se nos depoimentos colhidos que a obra possui condições de ser retomada, reforçada e adequada às necessidades que se destina;

- planificação da necessidade futura para atendimento da demanda jurisdicional, buscando adequar o Projeto de Construção do novo Fórum, visando obter uma edificação moderna que satisfaça tal demanda crescente;

- união de esforços entre os entes envolvidos, a fim de que recursos sejam alocados e comprometidos regularmente, para a conclusão da obra, se possível já constantes da proposta de anteprojeto orçamentário para o exercício de 2.003, com aprovação de emendas orçamentárias que versem sobre execução das obras do Fórum da Comarca de Curitiba, por parte desta Casa de Leis;

- buscar a funcionalidade do empreendimento e não o luxo no acabamento da obra, objetivando redução

de custos em todos os projetos que deverão ser refeitos e recalculados

- responsabilização dos envolvidos em irregularidades no processo de construção da obra, através de manifestação setencial do Poder Judiciário, ultimando-se, se possível, os exames das ações relativas ao caso em questão, com a máxima brevidade;

- envio de cópia do presente relatório conclusivo aos seguintes agentes e órgãos públicos e privados:

- 01) ao governador do Estado;

- 02) ao secretário de Obras;

- 03) ao presidente do Tribunal de Justiça;

- 04) ao Crea - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;

- 05) Ao IEP - Instituto de Engenharia do Estado do Paraná;

- 06) à Universidade Federal do Paraná;

- 07) ao Decon;

- 08) às empresas envolvidas em todo o processo construtivo até a presente data;

- 09) à Promotoria de Justiça dos crimes contra a administração pública;

- 10) ao Tribunal de Contas;

- 11) aos órgãos de imprensa.

(a) ELI GHELLERE

Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito da Obra do Fórum da Comarca de Curitiba

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO FÓRUM DE CURITIBA ATA DA 9ª REUNIÃO DA CPI

Aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e dois, na sala de reuniões das Comissões, às 17h00, sob a presidência do deputado Duílio Genari, foi realizada a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Fórum de Curitiba, marcada com o fim específico de apreciar o relatório final dos trabalhos da Comissão, tendo presentes os senhores deputados Eli Ghellere, Marcos Isfer, Caíto Quintana, Luiz Accorsi, Ricardo Chab, Chico Noroeste, Neivo Beraldin, Hermes da Fonseca e Antônio Carlos Belinati.

Sob a proteção de Deus o senhor presidente abriu os trabalhos. Na sequência o deputado Marcos Isfer solicita dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. O senhor presidente defere.

A seguir o senhor presidente agradece a presença dos senhores deputados, bem como enaltece a participação dos mesmos para o bom andamento dos trabalhos executados pela Comissão.

Os trabalhos seguiram a sequência normal, recebendo dos deputados presentes opiniões e sugestões.

Na sequência o senhor presidente solicitou ao deputado Eli Ghellere - relator da CPI do Fórum - que procedesse à leitura do Relatório Final da CPI.

Após alguns comentários, o deputado relator procedeu a leitura do relatório final, que foi colocado em

votação e aprovado por unanimidade pelos deputados presentes na reunião.

Agradecendo a presença e colaboração de todos, o senhor presidente deu por concluídos os trabalhos da Comissão e determinou que eu, Alan Marcos Andrade, secretário da Comissão lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente e, anexada ao relatório final, seja encaminhada ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, - deputado Hermas Brandão, para que sejam adotados os procedimentos necessários para que produza os efeitos legais.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente da CPI

Alan Marcos Andrade - Secretário

Aprovado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Desculpe-me, mas o presidente foi o deputado Duílio Genari e o relator o deputado Eli Ghellere! Queria saber a que conclusão chegaram, porque é um assunto extremamente presente, há muitos anos aí o esqueleto e nós gostaríamos que, pelo menos, fosse lida a conclusão do relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o relator, deputado Eli Ghellere.

O SR. ELI GHELLERE

Senhor presidente, eu peço a concordância para fazer a leitura apenas da conclusão do relatório.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Até porque o relatório está publicado na sua íntegra junto aos senhores parlamentares.

O SR. ELI GHELLERE

Nós nesse um ano de atividades da CPI, presidida pelo deputado Duílio Genari e eu como relator, o vice-presidente deputado Marcos Isfer, tivemos 09 reuniões. E nessas reuniões tivemos a oportunidade de ouvir as pessoas que estavam realmente envolvidas com a obra do Fórum de Curitiba. É uma obra que se iniciou no final do governo do atual senador Álvaro Dias, passou pelo governo do Requião e já passam 08 anos do governo Lerner. E nós não entendíamos porque essa obra, esse monumento que está aqui no Centro Cívico, no cartão postal de Curitiba estava parado. E nós sabemos também que o Tribunal de Justiça paga todos os meses mais de 100 mil reais de aluguel. Então, entendemos que era importante a conclusão da obra e fomos atrás. E a CPI não se pautou apenas para achar culpados, mas, sim, também para dar uma solução a esse prédio que está aqui no Centro Cívico. E nós concluímos o nosso relatório, senhor presidente, e senhores deputados.

Vou ler a parte final do relatório:

(Lê):

“O Fórum da Comarca de Curitiba, foi projetado em uma época, nos idos de 1.980, era em que poucos detinham a tecnologia digital. Hoje quase a totalidade dos profissionais do Direito se comunicam digitalmente, a Internet mudou a vida e os interesses dos cidadãos. O Poder Público precisa se adequar às necessidades futuras antevendo a demanda e os meios de satisfazê-la, sendo que a edificação do Fórum de Curitiba, deve modernizar-se também, com vistas à nova realidade.

Em sendo assim, esta Comissão Parlamentar de Inquérito conclui seus trabalhos, opinando pelas seguintes providências, que urgentemente deverão ser tomadas pelo Poderes competentes do Estado.

- Decisão política imediata de conclusão da obra do Fórum da Comarca de Curitiba, visto que postergações da decisão poderão condenar a estrutura existente, sendo que constatou-se nos depoimentos colhidos que a obra possui condições de ser retomada, reforçada e adequada às necessidades que se destina;

- planificação da necessidade futura para atendimento da demanda jurisdicional, buscando adequar o Projeto de Construção do novo Fórum, visando obter uma edificação moderna que satisfaça tal demanda crescente;

- união de esforços entre os entes envolvidos, a fim de que recursos sejam alocados e comprometidos regularmente, para a conclusão da obra, se possível já constantes da proposta de anteprojeto orçamentário para o exercício de 2003, com aprovação de emendas orçamentárias que versem sobre execução das obras do Fórum da Comarca de Curitiba, por parte desta Casa de Leis;

- buscar a funcionalidade do empreendimento e não o luxo no acabamento da obra, objetivando redução de custos em todos os projetos que deverão ser refeitos e recalculados

- responsabilização dos envolvidos em irregularidades no processo de construção da obra, através de manifestação setencial do Poder Judiciário, ultimando-se, se possível, os exames das ações relativas ao caso em questão, com a máxima brevidade;

- envio de cópia do presente relatório conclusivo aos seguintes agentes e órgãos públicos e privados:

- 01) ao governador do Estado;

- 02) ao secretário de Obras;

- 03) ao presidente do Tribunal de Justiça;

- 04) ao Crea - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;

- 05) ao IEP - Instituto de Engenharia do Estado do Paraná;

- 06) à Universidade Federal do Paraná;

- 07) ao Decon;

- 08) às empresas envolvidas em todo o processo construtivo até a presente data;

- 09) à Promotoria de Justiça dos crimes contra a administração pública;

- 10) ao Tribunal de Contas;

11) aos órgãos de imprensa.

(a) ELI GHELLERE

Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito da Obra
do Fórum da Comarca de Curitiba

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
FÓRUM DE CURITIBA
ATA DA 9ª REUNIÃO DA CPI

O nosso trabalho na CPI, deputado José Maria, demais deputados, teve uma agilidade muito grande, tivemos a participação de todos os deputados envolvidos no processo. Foi muito importante deixarmos claro que ao início, dizia-se até de uma CPI laranja, mas não foi. Foi uma CPI muito importante, nós fizemos um trabalho e uma visitação *in loco* à construção do prédio e não achamos, como era esperado, que tivesse um culpado ou dois culpados no processo do Fórum de Curitiba.

O que ocorreu é que a obra foi contratada para uma etapa. Foi concluída essa etapa. Foi recebida no início do governo Requião e depois não foram concluídas as demais etapas. E o entendimento por todos os técnicos que nos visitaram, que deram os seus depoimentos, é que não tem nada que obste a conclusão da obra.

Então, demos nosso parecer e foi assim também o entendimento com o presidente da comissão e os demais deputados o parecer para a conclusão da obra, para que se destine a ocupação de um órgão público aqui no Centro Cívico.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Quanto é que custou esse esqueleto, esse elefante branco, que está paralisado?

Eu tenho três perguntas para fazer a V. Exa.

Quanto custou esse elefante branco, que realmente não é um cartão postal para a Capital do Estado, mais ou menos?

O SR. ELI GHELLERE

Bom, nós temos aqui o custo para a recuperação da obra...

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Não, quando foi gasto nessa obra aí?

O Sr. José Maria Ferreira

Treze milhões.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Diga-me uma coisa, deputado Eli, quanto precisaria para gastar, já que a estrutura deve estar abalada, quanto custaria para reconstruir o nosso Poder Judiciário?

O SR. ELI GHELLERE

Nós não temos nenhuma informação. Tivemos audiência com o Ipem, com o pessoal da Universidade

Federal do Paraná, pessoal do Crea, nós não temos nenhuma informação que a estrutura está abalada. Nós temos informações que a estrutura está perfeita para ser utilizada. Nós teremos, talvez, que adequar a nova situação, talvez ela não suporte hoje, a estrutura, o peso de um fórum que existe um volume muito grande de papel, mas em torno de 30 milhões de reais seria a conclusão.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Quer dizer, o que foi gasto construindo esse olho, fizeram um olho aí. Com o dinheiro que foi gasto nesse olho aí, daria para terminar as obras desse Fórum?

O SR. ELI GHELLERE

Não sei.

O Sr. José Maria Ferreira

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Fico feliz de ver o senhor aí na tribuna defendendo o trabalho que fez, porque se nós votássemos quietinhos, eu ia achar que era realmente uma CPI laranja que foi elaborada, mas vejo que tiveram o cuidado de fazer as reuniões que muitas não fazem e que levantam uma situação, inclusive, quero crer que tenha sido junto ao Crea e junto aos institutos técnicos do Paraná, no sentido de validar a estrutura que está aí, porque para muitos e, inclusive, para mim que sou leigo na área, eu entendia que também deveria derrubar, porque o que se fala é que a estrutura está torta, que a estrutura foi mal dimensionada, que as lajes tem um peso excessivo sobre a carga da estrutura e para nós, já vi outras afirmações, que o prédio teria que ser implodido e V. Exa. através do parecer diz que o prédio não precisa ser implodido, evidentemente está estruturado em algum parecer de técnicos e que a conclusão para a estrutura seriam cinco milhões e para a conclusão a nível de todo o prédio mais trinta milhões. Nós teríamos então um prédio de 48 milhões de reais, isto com os investimentos atualizados de treze milhões feitos na obra.

Treze milhões já foram, deputado Alborghetti, são mais 35. Trinta e cinco milhões é menos do que foi gasto no olho do Lerner, no olho do futuro, porque lá foi gasto 50 milhões ou aproximado.

Então, se nós tivéssemos feito uma prioridade para a administração pública, este prédio, deputado Alborghetti, deixaria de ser um cartão indesejável para Curitiba e estaria oferecendo ao Paraná uma Justiça e especialmente à comarca de Curitiba, uma Justiça melhor acolhida no espaço físico e a população melhor atendida e deixaria também de estar pagando aluguel. Isto mostra quanto não se tem prioridade na administração pública, quanto não se observa o interesse público e respeita o erário público.

Então, aqui fica mais uma comparação - com 35 milhões, segundo os dados que V. Exa. traz no relatório, seriam suficientes para concluir o prédio do Fórum da

Comarca de Curitiba. O governador, eu não critico obras, eu critico prioridades, fez o olho mágico, com certeza vai ficar uma obra para o futuro, mas ficou também o esqueleto para o futuro governo resolver, que podia ter feito nesses últimos oito anos.

Parabéns, eu acho que acabei oferecendo a oportunidade de V. Exa., junto com a Comissão, dar conhecimento a esta Casa o que foi feito, até porque o relatório chegou às mãos do deputado não faz mais do que dez minutos. Parabéns pela exposição e que possamos ter concluídas as CPI's que são criadas nesta Casa.

O SR. ELI GHELLERE

Só quero agradecer o aparte do deputado.

Fiquei sabendo, agora, que estaria na Ordem do Dia, o relatório da CPI.

Deputado José Maria, existia um entendimento e uma concepção prévios de que a obra deveria se implo-dida. Isso causaria um dano muito grande - 40 mil m2 de obra construída, um volume muito grande de concreto. Nenhuma entidade que esteve presente, não disse que estaria abalada a estrutura do prédio de Curitiba, e sim, que ela tem algum desnível de algumas lajes, algum desconforto na escada, que vibra um pouco, mas que pode ser corrigida. Não estão no prumo aqueles pilares, mas só é coisa de estética, que dá para corrigir perfeitamente.

Agradeço a participação de V. Exa.

Concedo um aparte ao deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Eu faço minhas as palavras do deputado José Maria, em gênero, número e grau. Mas quero dizer que em que pese a CPI do Fórum Inacabado de Curitiba, estar concluindo seus trabalhos após um ano e meio de investigações, quando o Regimento Interno diz que tem que ser 120 dias e que pese o tempo usado para fazer a investigação, quero parabenizar V. Exa. e ao deputado Duílio Genari, pela conclusão do trabalho, Dizer que é uma pena que só a Comissão do Fórum foi concluída e que as outras não tenham sido concluídas. Espero que não seja mais a prática da Assembléia Legislativa utilizar desses expedientes e que o Regimento Interno seja cumprido.

A partir do ano que vem, as CPI's que forem instaladas, aqui, nesta Casa, para investigar o antigo governo ou o novo governo, que sejam todas elas concluídas no prazo regimental. Que esta Assembléia Legislativa dê como página virada essa história de CPI's, que infelizmente nunca acabam. Quero cumprimentar V. Exa., que a todo custo, com tanta dificuldade juntamente com os demais membros da CPI do Fórum, trouxeram o relatório para a Assembléia ou mal ou bem. Trouxeram aqui o ponto de vista e as informações que são indispensáveis.

Fica a nossa manifestação de apreço e os nossos parabéns a todos os membros do Fórum Inacabado de Curitiba.

O SR. ELI GHELLERE

Agradeço o Aparte de V. Exa.

O SR. ALGACI TULIO (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente, não quero entrar no mérito da discussão da CPI, apenas informar à Mesa de que o processo está incompleto, porque não tem o parecer da Comissão Executiva da Casa, propondo da legalidade, constitucionalidade e das condições legais, para que ele possa ser aprovado.

Eu não quero emperrar as coisas, mas tive o cuidado de olhar e pelo menos na Ordem do Dia não consta...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar V. Exa. que quando recebemos, encaminhamos à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ALGACI TULIO

Não precisa passar pela CCJ. É Comissão Executiva. Tem que mandar para o plenário o parecer sobre a CPI. A CPI dos Alimentos está correta na Ordem do Dia. Apenas não está correta na CPI do Fórum.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero participar ao nobre deputado Algaci Tulio, conforme o nosso mestre Celso, no artigo 38, do nosso regimento interno "Ao término dos trabalhos a comissão apresentará relatório circunstanciado, com as conclusões, que será publicado no Diário da Assembléia encaminhado, primeiro, à Mesa, para as providências de alçada desta ou do Plenário.

O Plenário é superior para decidir, oferecendo conforme o caso, projeto de resolução ou decreto legislativo ou indicação, que será incluída na Ordem do Dia dentro de 5 Sessões. Foi feito isso regimentalmente.

O SR. ALGACI TULIO

Não discuto, apenas estou fazendo aqui essa observação pelo fato de que na CPI dos Alimentos tem o parecer da Comissão Executiva e na CPI do Fórum não existe.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É que nosso mestre Celso quis encurtar o caminho do projeto e foi colocado na Ordem do Dia de hoje. Está em votação.

Com a palavra, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, isso se deve ao nosso mestre Celso, essa mudança repentina de fax, computador, celular, está nos atrapalhando um pouco, mas, nobre deputado Eli Ghellere, V. Exa. apresenta um trabalho importante e eu não posso deixar de passar essa oportunidade para lhe perguntar sobre uma curiosidade que tenho: no passado o governo do Paraná acionou ou teria acionado judicialmente a empresa que recebeu ordem de ser-

viço e que não teria cumprido o projeto de execução, portanto teria desviado o curso do projeto e teria então comprometido a obra, e o governo teria ingressado na Justiça para que os responsáveis fossem eventualmente punidos ou o Estado ressarcido o dinheiro, pelo menos gostaria de saber de V. Exa.: em que pé está essa questão na esfera judicial do Estado do Paraná?

Outra questão é mais evidente, levantada pelo deputado José Maria: dos 14 milhões de dólares que foram gastos agora há poucos dias pelo governador, evidentemente poderíamos ter reconstituído esse esqueleto que evidentemente, cada vez que passamos por perto nos chama a atenção, e sobretudo agora com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que temos que concluir as obras iniciadas antes de começar outras obras, conforme determina a lei. E passamos aqui, por ironia, dentro do Centro Cívico, uma obra inacabada e outra ali que consumiu 14 milhões de dólares e quem sabe tenha servido até para o nosso governador ter ganho um impulso de ser eleito presidente da Associação Mundial dos Arquitetos, porque o Projeto Niemeyer lhe dá uma notoriedade bastante grande.

Mas evidentemente esquecendo essas questões, a fundamental é que foi feito um projeto técnico, esse projeto foi colocado em execução, e foi comprometido, ou foi por defeito da elaboração do projeto ou foi por questão da empresa que estava executando, que não conseguiu, evidentemente, ou teve falhas no campo da engenharia, enfim, gostaria de saber de V. Exa. o tempo que cumprimento, em que situação está na justiça esta questão do Fórum de Curitiba.

O SR. ELI GHELLERE

Na realidade existe uma demanda judicial que tramita na Vara da Fazenda Pública da Capital, e o que ocorreu é que foi contratada uma etapa da obra, e essa etapa foi concluída e foi recebida pelo governo do Estado, depois não foram contratadas etapas seguintes.

Então, agora, como que estão esses projetos na Vara da Fazenda Pública, infelizmente não temos essas informações, mas a que nos chega mais concreta é que na realidade não houve descumprimento de contrato; houve a contratação por uma etapa da obra que foi concluída e não foram feitas novas contratações.

O SR. NEIVO BERALDIN

Se me permite uma consideração, até é uma questão de talvez recuperar um pouco da história do engenheiro Uaib Tanus, uma pessoa que sofreu muito com essa questão e a sua família também sofreu.

É o momento histórico de sabermos se ele e sua família teriam cumprido com a sua missão, com a sua etapa o contrato com o governo do Estado ou não, tendo deixado filhos e filhas e que conheci o engenheiro e tinha um laço de amizade, percebia nele uma inquietação muito grande por uma coisa que não estava resolvida,

vendo-o numa fase final de sua vida e se dizia tendo cumprido com o seu dever e ao mesmo tempo, havia uma indagação do Estado em relação ao não cumprimento do dever.

Então, para resgatar um pouco da memória dessa família é que faço essas considerações.

O SR. ELI GHELLERE

Agradeço aos apares e quero pedir aos companheiros para que votem favoravelmente ao relatório final da CPI e tenho a certeza que foi um trabalho dentro do esperado e gostaria de agradecer a Bancada do PMDB, na pessoa do líder Nereu Moura que foi quem indicou o meu nome para compor essa Comissão. Não fui indicado pelo meu partido, mas sim pelo PMDB.

Agradeço a indicação e gostaria de dizer que nós nos empenhamos ao máximo para que os trabalhos estivessem a contento. Conto com o voto favorável de todos os companheiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós agradecemos a Comissão de Inquérito do Fórum de Curitiba, pelo trabalho desenvolvido.

Em votação.

Aprovado, em 1ª discussão, o relatório final da CPI do Fórum de Curitiba.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 028/2002, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos. Institui a Comissão Permanente de Alimentos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. PARECER DA CPI DOS ALIMENTOS. **Aprovado. (Publ. no DA nº 148/2002, de 02.12.2002).**

COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 28/2002

P A R E C E R :

O projeto de resolução, objeto da presente manifestação, é autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, e objetiva inserir na estrutura organizacional desta Assembléia Legislativa, mais uma Comissão Permanente, intitulada Comissão dos Alimentos, que irá cumprir a missão ordinária de manifestação quanto aos assuntos relativos a alimentos, recebendo, avaliando e investigando denúncias acerca de temas correlatos.

Procedida a análise da proposta, esta Comissão Executiva constata que nada existe, jurídica, legal e regimentalmente, que possa impedir a normal tramitação processual legislativa e a deliberação do soberano Plenário, cumprindo o dever de enaltecer a iniciativa dos autores, que visa tão somente, desenvolver cada vez mais, mecanismos de proteção dos paranaenses, em cumprimento das funções institucionais do Poder Legislativo de Fiscalização dos atos públicos.

Nestes termos, manifestamos o parecer favorável, recomendando a aprovação da proposta.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.12.2002.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 029/2002, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos. Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos. PARECER DA CPI DOS ALIMENTOS. (Publ. no DA nº 148/2002, de 02.12.2002).

Em votação.

Consulto ao deputado Beraldin se mantém a sua solicitação da leitura integral do Parecer.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu quero, nesta oportunidade, em que votamos o relatório final da CPI dos Alimentos, manifestar a V. Exa. os agradecimentos pelo apoio que tivemos da Mesa Executiva e de todo o conjunto da Assembléia Legislativa do Paraná e não poderia deixar de agradecer aos parlamentares que integram a CPI e que muito nos ajudaram, na elaboração desse relatório, coordenado pelo deputado Silvestri que foi o relator geral, tendo a deputada Luciana Rafagnin como sub-relatora nos assuntos ligados à Portaria 56 do Ministério da Agricultura, Pecuária, e Abastecimento, tendo o deputado Eli Ghellere como sub-relator na questão do leite, do deputado Ademir Bier sub-relator na questão da carne, o deputado Duílio Genari sub-relator na questão da piscicultura, José Maria Ferreira, sub-relator no item café e o deputado Pastor Praczyk como sub-relator no item horti-frutigranjeiros.

Dizer, deputado Hermas Brandão, que esse trabalho só foi possível graças ao empenho pessoal de cada um desses deputados mencionados e dos demais que integraram esta CPI, e vejo o deputado Strapasson que de muitas reuniões participou, a deputada Serafina, o deputado Algaci Tulio, enfim, tantos outros companheiros que se somaram a nós como o deputado Hermes da Fonseca, o deputado Zucchi que, mesmo não sendo membro da Comissão, dela participou muitas vezes, o deputado Plauto esteve nos acompanhado na audiência de Ponta Grossa e mais umas reuniões também, enfim, tivemos o apoio de diversos companheiros que nos ajudaram a construir este relatório final que passa a ser um documento que eu diria, até histórico para este Poder Legislativo e para a cadeia produtiva de alimentos e é por essa razão inclusive, presidente Hermas Brandão que estamos sugerindo à CPI, a instituição de uma Comissão Permanente dos Alimentos na Assembléia para que esse trabalho, que durou um ano e que teve praticamente em todas as semanas, alguma coisa acontecendo, possa permanecer vivo e presente no dia-a-dia do Parlamento estadual em parceria com essas instituições todas que nos ajuda-

ram a constituir esta CPI, a realizar esta CPI e a evidentemente a produzir os resultados que já produziram, como por exemplo, a criação do Conseleite numa parceria de produtores, indústrias assistidos pela Universidade Federal e que trabalham na possibilidade de ainda neste mês, no dia 17 de dezembro, instituir um preço de referência que levará a um preço mínimo para o leite no Estado do Paraná.

Resultado como a reativação da Câmara Setorial da Suinocultura que estabeleceu uma parceria da Associação dos Supermercados, da Associação dos Suinocultores, do Sindicarne, da Secretaria da Agricultura, no sentido de fomentar e estimular o consumo da carne suína no Estado do Paraná, resultados como a lei de nossa autoria que instituiu o selo de qualidade para o café, obrigando as indústrias que beneficiam e torram o café que é levado a consumo nosso, no Paraná, que coloquem na embalagem, neste selo de qualidade, o que é que compõe aquele produto que está ali dentro daquele envólucro, coisa que hoje não acontece. Normalmente se compra café e não se sabe se é café arábica, robusta, se é casca de café, se é palha de café, se é milho torrado, se é cevada torrada. Isso foi objeto de uma reportagem no último domingo no Fantástico.

Esta CPI produziu uma matéria de capa na revista Exame falando sobre a ditadura do varejo, imposta pelos grandes supermercados e citou aquela revista, naquela reportagem de capa, o trabalho da CPI dos Alimentos do Estado do Paraná.

Enfim, são dezenas de benefícios conquistados já durante a realização da CPI para a cadeia produtiva de alimentos. A gente que está aqui há vinte anos, como V. Exa., sabe que uma CPI conclui e depois de concluída é que se busca o resultado em cima daquilo que se pesquisou ou se levantou. A nossa CPI oportunizou a conquista de benefícios ao setor produtivo, ao setor industrial, ao próprio varejo e também e principalmente, ao consumidor durante a sua realização. Por quê? Porque procuramos fazer uma CPI diferente de todas aquelas que estávamos acostumados a fazer e ver aqui na Assembléia, uma CPI que era mais do que uma CPI, uma audiência pública onde se evitou ficar incriminando este ou aquele, denunciando este ou aquele, tentando prender este ou aquele, mas tentando sim, conquistar resultados.

Eu não posso deixar de, ao final, mais uma vez agradecer aos deputados titulares ou suplentes, porque todos se empenharam neste trabalho.

Agradecer ao deputado Silvestri que foi um guerreiro nesse luta, à nossa equipe técnica de apoio, ao Dr. Carlos, à Regina, à Dra Iverlei, ao Eduardo Carazzai, ao jornalista Airton, ao Dr. Osmar que é uma das maiores autoridades da Agricultura e que nos ajudou, à Dra. Jane, que é a nossa assessora no Bloco Agropecuário e que foi a coordenadora desta CPI e não poderia de forma alguma, senhor presidente, deixar de fazer um registro de reconhecimento ao trabalho da nossa equipe de taquigrafia, que se deslocou daqui da Assembléia, foi para o inte-

rior de dia, de noite, registrando tudo o que era ali mencionado por produtores, por pessoas ligadas às indústrias, ao varejo e ao consumo e, graças a essas anotações é que o Silvestri e os demais sub-relatores conseguiram produzir este brilhante relatório que realmente fica para os Anais da Assembléia e que será encaminhado a todos os segmentos que interessar para que possa produzir outros resultados e tenho certeza que produzirá.

Amanhã, inclusive, presidente Hermas Brandão, senhoras e senhores deputados, estaremos nos deslocando, alguns companheiros da CPI para Foz do Iguaçu, onde está acontecendo um Encontro Internacional sobre a questão do leite, com a presença do Ministério da Agricultura, presença de deputados federais, técnicos nacionais e internacionais ligados ao setor lácteo. Lá, certamente, iremos apresentar este nosso relatório conclusivo e lá também se buscará resoluções em favor do setor produtivo do leite.

E nós fizemos uma CPI diferente, não só do leite mas dos alimentos, esperamos que os resultados possam continuar acontecendo!

Muito obrigado a todos, fico muito feliz em ter presidido esta CPI, principalmente porque agora deixo a condição de parlamentar estadual, mas deixo esta condição participando, ao lado dos meus companheiros desta Casa, através dos deputados e funcionários da produção de um documento em favor do setor de alimentos que sei que será de grande valia. Sempre tive na minha vida, como máxima que quem produz comida produz e preserva também a vida, porque sem comida, senhor presidente, é difícil para qualquer um continuar vivendo! Então, quem luta em favor do alimento, quem luta em favor da preservação das águas, está lutando em favor da vida! De nada adianta, eu já disse isso ao pastor Edson, de nada adianta um pastor, um padre, um conforto espiritual, de nada adianta um médico se o ser humano não tiver água e comida! Portanto, quem produz comida tem que ser por nós reverenciado! E a CPI dos Alimentos teve também este objetivo.

Muito obrigado, peço o apoio de todos em favor deste relatório final.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de colocarmos em votação, a Mesa Executiva desta Casa de Leis, realmente tem orgulho de cumprimentar os componentes da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos. O trabalho desenvolvido, a conclusão dos trabalhos, servirão não só de orientação para o setor do nosso Estado, mas será e servirá de referência a todo o País.

Por isso, amanhã, os membros da Comissão estarão entregando pessoalmente ao ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, esse excelente trabalho desenvolvido pela Comissão e os nossos cumprimentos e a nossa gratidão, como presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Está em votação em 1ª discussão o Projeto de Resolução nº 029/2002. Em discussão. Em votação.

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 04, logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 023/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 033, 205, 555, 626, 676, 730 e 740/2002 e dos Projetos de Resolução nº 027, 028, 029 e 030/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 239, 461/2001 e do Projeto de Resolução nº 019/2002.

Levanta-se a Sessão.